

TERMO ADITIVO A ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2026/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001334/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 10/06/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR027892/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.203897/2026-36
DATA DO PROTOCOLO: 05/06/2026

NÚMERO DO PROCESSO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL: 13068.206627/2025-04
DATA DE REGISTRO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL: 04/09/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.914.368/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO MARSENCO;

E

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAO DA OITAVA REGIAO, CNPJ n. 07.801.011/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DEISE REGINA BAPTISTA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2026 a 31 de março de 2027 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**, com abrangência territorial em PR.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE INGRESSO NORMATIVO**

O salário de ingresso dos integrantes da categoria profissional no período de abril/26 a março/27, será de, no mínimo:

- R\$ 3.250,91 para os exercentes de funções administrativa nível médio;
- R\$ 3.250,91 para os exercentes de funções de Técnico em Nutrição e Dietética Júnior;
- R\$ 3.932,23 para os exercentes de funções de Assistente de Tecnologia da Informação Júnior;
- R\$ 5.655,45 para os exercentes de funções de Nutricionista Fiscal Júnior.

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados em 01.04.2026 em 3,77% (três virgula setenta e sete por cento), correspondente ao percentual de variação integral do INPC do per

01.04.2025 a 31.03.2026, acrescido do percentual de 2,00% (dois por cento) a título de ganho real.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados admitidos após a data-base, o reajuste de que trata esta cláusula, poderá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, à razão de 1/12 (um doze avos) do reajuste previsto, por mês ou fração igual ou superior a 15 dias trabalhados, observado o disposto no artigo 461 da CLT.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Os salários serão pagos a todos os integrantes da categoria profissional até o último dia útil do mês, sem ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente, mediante comprovante, onde constem todas as verbas pagas e os descontos efetuados.

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO QUINZENAL

Na quinzena, contada a partir do pagamento do salário, os empregados que assim o desejarem, terão direito a um adiantamento salarial no valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do salário do empregado, cujo valor será deduzido quando do efetivo pagamento do salário mensal, considerando a situação de disponibilidade financeira do Conselho, o pagamento deverá ser realizado no dia 15 (quinze) de cada mês, quando ocorrer em final de semana, antecipar o pagamento para o primeiro dia útil anterior.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

O CRN-8 pagará a 1ª parcela do 13º salário em julho ou por ocasião das férias, a pedido do funcionário e no dia 20 de dezembro de cada ano, aos seus empregados, 50% (cinquenta por cento) da gratificação de Natal (13º salário /segunda parcela).

PARÁGRAFO ÚNICO: O benefício do adiantamento da 1ª parcela do 13º salário, será concedido também aos funcionários que gozam suas férias no mês de janeiro, quando solicitado.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Pagamento do valor equivalente a 1% (um por cento) a partir de cada ano de contratação, sobre o salário base do integrante da categoria profissional, a título de ATS, limitado ao máximo de 20% (vinte por cento) para qualquer número de anos de contrato com o CRN-8, a contar de 2010, quando foi aprovado pelo Plenário do Conselho, não extensivo aos cargos em comissão.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

O vale refeição/alimentação será concedido no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), a partir de abril/26, para todos os empregados com carga horária superior a 04 horas, com respectivo desconto de 1% (um por cento), a título de Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei 6.321/76), pagos no mínimo 22 (vinte e dois) dias por mês, no valor mínimo de R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No mês de dezembro de 2026, os empregados farão jus a um valor extra correspondente a 35% (trinta cinco por cento) do valor mensal..

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente benefício será pago durante as férias e licenças;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A concessão objeto desta cláusula não terá natureza salarial, assim como, não implicará na incidência de tributos e encargos trabalhistas, incluindo-se dentre eles, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda, conforme a OJ SDI 1 n° 133.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica assegurado este direito, inclusive em caso viagem a serviço.

PARÁGRAFO QUINTO: Em se tratando de hipótese de rescisão do contrato de trabalho será exigida a devolução dos vales refeição concedidos, respectivamente aos dias não trabalhados, sendo descontado o valor correspondente em sua rescisão de contrato de trabalho.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

O vale transporte, na quantidade equivalente a necessidade para o deslocamento por dia útil, será disponibilizado ao empregado que o desejar, declarando-o por escrito, havendo o desconto equivalente a 1% (um por cento) ao mês de seu salário básico, conforme Lei 7.418/85 e Decreto 95.247/87.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Essa concessão não tem natureza salarial, nem se incorpora a remuneração para quaisquer efeitos;

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Conselho manterá o Plano de Assistência Médica ao funcionario, descontando de cada empregado o equivalente a 1% (hum por cento) do valor mensal do plano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se o funcionário optar por um plano diferente do básico para apartamento individual, o mesmo arcará com o pagamento da diferença entre as mensalidades e desde já autoriza o desconto da diferença em seu pagamento mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o funcionario tenha interesse em incluir seus dependentes no plano, assinará um termo autorizando o respectivo desconto integral do valor em folha de pagamento.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO CRECHE/BABÁ

O CRN-8, a título de ressarcimento de despesas com creche/babá, pagará aos integrantes da categoria profissional, com filhos até 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês, por filho.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

O Conselho reembolsará aos servidores o valor integral da mensalidade do convênio odontológico mantido entre o SINDIFISC-PR e a DENTALUNI. de acordo com o valor contratado pelo SINDIFISC-PR, hoje R\$ 20,95 (vinte reais e noventa e cinco centavos) mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Sempre que houver reajuste dos valores, o SINDIFISC-PR informará o Conselho, que procederá a alteração do valor repassado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FILHO COM DEFICIÊNCIA

O CRN-8, mediante a comprovação da condição de deficiência, através de apresentação de Laudo Médico e de que o filho com deficiência não dispõe de outra remuneração, concederá ao empregado ou empregada que possuir filho com deficiência, o benefício do auxílio mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não sendo pago de forma cumulativa com o Auxílio Creche;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

O CRN-8 pagará a título de Auxílio Funeral no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de falecimento do(a) empregado(a), pago diretamente ao responsável legal pelo empregado, ou a pessoa ligada ao mesmo, que comprove o pagamento das despesas com o funeral do(a) falecido(a).

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SISTEMA HÍBRIDO DE TRABALHO

Nos termos do Art. 75-A e seguintes da CLT, fica instituído a possibilidade de alteração do regime de trabalho normal, para o regime home office ou teletrabalho para os empregados que se enquadrarem na política interna do empregador e ter as condições necessárias para o desempenho de suas atividades nesse regime.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O trabalho em regime home office ou teletrabalho poderá ser exercido de forma mista, ou seja, podendo ser definido os dias ou periodicidade em que o empregado realizará suas atividades no regime home office ou regime normal presencial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As demais regras, normas e procedimentos serão regulamentados ou previstos em políticas internas do Conselho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os termos aditivos dos contratos de trabalho dos empregados que aderirem a nova modalidade de trabalho, deverão ser homologados pelo SINDIFISC-PR.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES

Fica o CRN-8 obrigado a homologar as rescisões de contrato de trabalho dos empregados desligados, diretamente no sindicato da categoria profissional, a partir de 12 meses de trabalho, sendo certo, ainda, que as homologações dirão respeito, unicamente, aos valores ali consignados, não abrangendo as parcelas não discriminadas. A demissão de funcionários efetivos ocorrerá somente mediante processo administrativo disciplinar, com direito a ampla defesa e contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Fica regido pela Lei Nº 12.506, de 11 de outubro de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O aviso prévio de 30 dias, conforme previsto na lei 12506/2011, será acrescido de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias conforme tabela:

Tempo de Serviço na Empresa	Dias de Acréscimo	Dias de Aviso-Prévio
Menos de 1 ano	0	30 dias

mais de 1 ano e menos de 2 anos	3	33 dias
mais de 2 anos e menos de 3 anos	6	36 dias
mais de 3 anos e menos de 4 anos	9	39 dias
mais de 4 anos e menos de 5 anos	12	42 dias
mais de 5 anos e menos de 6 anos	15	45 dias
mais de 6 anos e menos de 7 anos	18	48 dias
mais de 7 anos e menos de 8 anos	21	51 dias
mais de 8 anos e menos de 9 anos	24	54 dias
mais de 9 anos e menos de 10 anos	27	57 dias
mais de 10 anos e menos de 11 anos	30	60 dias
mais de 11 anos e menos de 12 anos	33	63 dias
mais de 12 anos e menos de 13 anos	36	66 dias
mais de 13 anos e menos de 14 anos	39	69 dias
mais de 14 anos e menos de 15 anos	42	72 dias
mais de 15 anos e menos de 16 anos	45	75 dias
mais de 16 anos e menos de 17 anos	48	78 dias
mais de 17 anos e menos de 18 anos	51	81 dias
mais de 18 anos e menos de 19 anos	54	84 dias
mais de 19 anos e menos de 20 anos	57	87 dias
20 anos ou mais	60	90 dias

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregador só poderá exigir o cumprimento dos trinta dias do aviso, o restante do período deverá ser indenizado.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

Ao empregado contratado por prazo determinado é assegurado todos os direitos e benefícios do acordo coletivo vigente do Conselho, especialmente: o direito ao salário de acordo com o piso da categoria, depósitos do FGTS, horas extras, adicional noturno, vale transporte, auxílio alimentação e outros benefícios previstos em norma coletiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao término do contrato fará jus a férias acrescidas de 1/3 proporcional ao período do contrato de trabalho; gratificação natalina proporcional e liberação dos depósitos em sua conta do FGTS;

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de rescisão antes do prazo estipulado, por iniciativa do empregador, o empregado fará jus a todas as verbas rescisórias devidas aos contratos por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O número de empregados contratados por prazo determinado observará o limite estabelecido por este instrumento de acordo coletivo, não podendo ultrapassar a 10% (dez por cento) do quadro de pessoal, permitida a contratação de no mínimo 03 (três) empregados.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO

Gozarão de estabilidade Provisória no Emprego, salvo por motivo de justa causa, para demissão:

a) O acidentado/doente: o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independente de percepção do auxílio-acidente;

b) Pré-aposentado: garantia de emprego, durante os 12 (doze) meses que antecedem a data em que o empregado adquirirá direito a aposentadoria voluntária, desde que tenham no mínimo de 5 (cinco) anos de vinculação

empregatícia com o CRN-8. Adquirido o direito extingue-se a garantia, o empregado deverá comunicar por escrito o Conselho, no momento em que adquirir o direito;

c) Gestante/aborto: garantia de estabilidade provisória à gestante desde o início da gravidez até 180 (cento e oitenta) dias após a licença legal, não podendo ser concedido aviso-prévio nesse período, ou então por 90 (noventa) dias em caso de aborto devidamente comprovado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos integrantes da categoria profissional dos empregados do CRN8 será de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, com 01 (uma) hora de intervalo intrajornada, totalizando 40 (quarenta) horas semanais (Art.58 da CLT), conforme jornada já prevista no edital do concurso prestado pelo servidor, ressalvados os cargos de livre provimento, de acordo com jornadas específicas de cada cargo, conforme contrato de trabalho.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

A jornada extraordinária dos empregados será remunerada com adicional de 50% (cinquenta por cento), quando trabalhada de segunda a sexta-feira. O trabalho em sábados, domingos e feriados serão remunerados com adicional de 100% (cento por cento), sem prejuízo do repouso a que o empregado já fizer jus.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Com base no ats. 59, § 2º e, 611-A, II do Decreto-Lei nº 5.452/43, fica instituído o BANCO DE HORAS para todos os empregados do CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 8ª REGIÃO, estendendo-se inclusive aos empregados que vierem a ser contratados .

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - HORAS DIÁRIAS EXCEDENTES - O Banco de horas terá por finalidade compensar as horas de trabalho excedentes ao horário contratual, limitadas a 2 (duas) horas diárias. Convencionam as partes que as horas a serem acumuladas no banco de horas poderão ser prestadas / trabalhadas em qualquer dia, inclusive, sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - HORAS DIÁRIAS NEGATIVAS - O funcionário que desejar incluir horas de serviço negativas (à débito), deverá solicitar anuência do Conselho, através de seu superior imediato, com antecedência de 48 horas sob pena de ter sua ausência considerada como falta.

PARÁGRAFO TERCEIRO: - DO ZERAMENTO DO BANCO DE HORAS

I - Havendo saldo positivo ao final de cada período de compensação (a cada seis meses), essas horas poderão ser inseridas no próximo período de compensação, se houver acordo neste sentido. Não havendo, serão pagas como labor extraordinário no mês subsequente com os adicionais previstos em Lei ou Convenção Coletiva; em caso de saldo negativo as horas deverão ser descontadas do salário do empregado, se não houver acordo de compensação;

II - Nos casos em que houver realização de horas ou saldo positivo ou negativo de horas no último mês antes do zeramento, essas horas e/ou saldo, poderá ser compensado no próximo período, mediante solicitação do(a) funcionário(a);

III - Em caso de desligamento do empregado, havendo saldo positivo no Banco de Horas, o mesmo será convertido em espécie, com base no valor da hora normal desta data com os adicionais previstos em Lei ou Convenção Coletiva; em caso de saldo negativo essas horas deverão ser descontadas do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: - DA PROPORCIONALIDADE DAS HORAS - A proporção para o cumprimento do Banco de Horas é de uma hora de trabalho para uma hora e meia de compensação, de segunda-feira à sexta-feira,

e de uma hora de trabalho para duas horas de compensação, nos dias de sábado, domingo e feriados, sem qualquer adicional.

I – Se a hora trabalhada for para compensar faltas ou gerar crédito para possíveis folga, a proporcionalidade será de um por um.

PARÁGRAFO QUINTO: - DO EXERCÍCIO DO BANCO DE HORAS - O saldo credor, presente no Banco de Horas, poderá ser usufruído, pelo empregado, mediante prévia e expressa autorização com prazo de 48 horas, nas seguintes condições:

a)-mediante folgas adicionais seguintes ao período de feriados, férias individuais ou coletivas;

b)-mediante folgas coletivas;

c)-mediante folgas individuais.

PARÁGRAFO SEXTO: DOS RELATÓRIOS - O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 8ª REGIÃO se obriga a informar aos empregados, mensalmente o saldo de horas que estes dispõem no Banco de Horas.

PARÁGRAFO SÉTIMO: DAS AUSENCIAS INJUSTIFICADAS - As horas de ausência injustificadas não serão levadas em conta para a composição do banco de horas.

PARÁGRAFO OITAVO: - DO DESLIGAMENTO - Por ocasião do desligamento do empregado, sem justa causa, ou pedido de demissão, ou mesmo justa causa, as horas positivas, de crédito, serão pagas como horas extras e as horas negativas, de débito, não serão descontadas.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA

Os empregados efetivos do Conselho serão submetidos ao controle de jornada de trabalho por meio eletrônico, obedecendo os seguintes critérios:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: TOLERÂNCIA - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário de registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados exercentes de cargos em comissão ficam desobrigados da anotação de horários em cartões-ponto e do controle de frequência.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS LEGAIS

As ausências legais a que aludem os incisos I, II e III do artigo 473, da CLT, respeitados os critérios mais vantajosos, ficam assim ampliadas:

a) Dois dias (16 horas/ano) por ano, para internação hospitalar por motivo de doença de cônjuge, filho(a) ou dependente, legalmente habilitado junto ao INSS. Quatro dias por ano (32 horas/ano) para levar ao médico cônjuge, filho(a) ou dependentes legais, mediante comprovação, participação em reunião escolar de filhos(as) menores de 14 anos, mediante comprovação, e consultas médicas em que são emitidas declarações de comparecimento, exceto atestado médico.

b) 1 (um) dias a cada trimestre para doação de sangue para os empregados e 1 (um) dias a cada quadrimestre para doação de sangue para as empregadas, de acordo com as normas do MS, devidamente comprovado;

c) vinte dias corridos ao pai, após o nascimento da criança ou adoção;

d) de cinco dias úteis, em virtude de casamento;

e) de 10 (dez) dias úteis em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, irmão, sogro ou sogra ou pessoa que comprovadamente viva sob sua dependência econômica;

f) dispensa no dia do aniversário, quando não for dia útil de trabalho o empregado será dispensado no primeiro dia útil.

g) as folgas dos dias de trabalho a disposição do TRE no período eleitoral, poderão serem usufruídas dentro de um período máximo de 01 (um) anos, após a entrega do comprovante junto ao RH.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PROLONGAMENTO DE FERIADOS

O CRN-8 planejará e divulgará no mês de janeiro de cada ano calendário relativo aos dias intercorrentes aos feriados, nos quais não haverá expediente e serão concedidos aos empregados sem que haja compensação das horas não trabalhadas, assim como escala de plantão para as emendas de feriado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RECESSO DE FINAL DE ANO

O CRN-8 entrará em recesso no final do ano, entre o natal e o ano novo, sem que haja compensação das horas não trabalhadas.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

A cada 12 (doze) meses de trabalho prestados ao Conselho, o empregado terá direito a 30 (trinta) dias consecutivos de férias;

a) O início do período de férias a serem gozadas pelo empregado não poderão coincidir com sábados, domingos ou feriados ou dias já compensados;

b) O pagamento das verbas relativas às férias a que tiver direito o empregado será efetuado até 02 (dois dias útil antes do início do respectivo período de gozo), conforme Art. 145 da CLT.

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

Fica ampliada para todas as empregadas públicas do Conselho a licença-maternidade, de 120 (cento e vinte) dias para 180 (cento e oitenta) dia consecutivos, sem prejuízo do emprego e dos salários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empregada terá direito a dois períodos de descanso, de trinta minutos cada, para amamentação de seu filho(a) pelo período de 1 (um) ano, se comprovado que a empregada continua amamentando a criança, esse período poderá ser prorrogado por mais tempo de amamentação, no máximo mais 1 (um) ano, desde que solicitado por escrito pela empregada e analisado pela Diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurada a empregada, de acordo com a prorrogação solicitada, por mais um ano, o direito de permanecer em trabalho interno ou visitas "in loco" em Curitiba e Londrina e suas Regiões Metropolitanas, que não necessitem de pernoite, por um período de 2 (dois) anos, a contar da data de nascimento da criança.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EXAMES MÉDICOS



CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SAÚDE E SEGURIDADE NO TRABALHO

O CRN-8 realizará sem ônus para os empregados os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, devendo o empregado receber cópia dos resultados desses exames.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Em casos de acidente de trabalho ou doença profissional, o CRN-8 encaminhará ao sindicato cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho, imediatamente após a sua emissão.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FREQUÊNCIA LIVRE DE DIRIGENTE SINDICAL

O CRN-8 assegura-se a frequência livre aos dirigentes sindicais, para participarem de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO PELO SINDICATO

Quando necessário, os Diretores de Sindicato ou pessoas por ele credenciadas poderão ter acesso nos recintos de trabalho, para a distribuição de boletins, convocatórios e para efetuar sindicalizações, desde que previamente autorizado pela Diretoria do CRN-8.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DESCONTO DA MENSALIDADE

O CRN-8 descontará, em folha de pagamento, a crédito do Sindicato, os valores relativos a mensalidade sindical, fixados pelos associados em assembleia, mediante carta de autorização do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores descontados dos empregados associados serão repassados ao Sindicato, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, contados a partir do desconto, acompanhando relação nominal dos empregados que sofreram o desconto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONVÊNIO COM ASPP

O CRN-8 firmará convênio com a Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, para que os empregados tenham acesso aos benefícios oferecidos pela Entidade, sendo que o valor da mensalidade e/ou outro custo que o empregado venha contrair junto a referida entidade, será descontado mensalmente do empregado e repassado à ASPP no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Convênio será firmado desde que a ASPP tenha interesse em firmá-lo, não caberá nenhuma responsabilidade ao CRN-8 em caso de recusa pela ASPP.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REVERSÃO SALARIAL PROFISSIONAL

O CRN-8 procederá ao desconto e recolhimento da Taxa de Reversão Assistencial de todos os integrantes da categoria, no percentual de 3,00% (três por cento) do salário percebido pelo empregado, em três parcelas iguais e consecutivas no percentual de 1% (um por cento), nos três meses, após o registro do ACT, que deverão ser recolhidos ao sindicato em até 10 (dez) dias após efetuado o desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado aos empregados o direito de oposição do desconto da referida taxa, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, diretamente no Sindicato, até o 10º (décimo) dia subsequente a data do protocolo do ACT registrado no Conselho, em requerimento com identificação e assinatura do oponente, o SINDIFISC-PR encaminhará ao Conselho a relação dos funcionários que não sofrerão o desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados sindicalizados, que já contribuem mensalmente com o custeio da entidade sindical, não sofrerá o desconto que trata o caput dessa cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O desconto da referida taxa constitui responsabilidade do Conselho que deverá repassá-la ao sindicato profissional acompanhada da relação nominal contendo o nome do empregado, valor do salário nominal e do reajuste e valor descontado até o dia 10 do mês subsequente ao desconto. O atraso imotivado no recolhimento das importâncias descontadas sujeitará o CRN-8 ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido, além da atualização monetária correspondente e sanções legais aplicáveis;

PARÁGRAFO QUARTO: É vedado ao empregador ou aos seus prepostos, assim considerados os gerentes e os integrantes de departamento pessoal e financeiro, a adoção de quaisquer procedimentos visando induzir os empregados em proceder oposição ao desconto, lhes sendo igualmente vedada a elaboração de modelos de documento de oposição para serem copiados pelos empregados;

PARÁGRAFO QUINTO: O Sindicato profissional divulgará o Acordo Coletivo de Trabalho, e mais o que se refere às obrigações constantes neste documento, não cabendo ao empregador, qualquer ônus acerca de eventual questionamento judicial ou extrajudicial a respeito das contribuições fixadas em favor do Sindicato dos empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O CRN-8 realizará o desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos após a data base, com o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento, desde que não tenha recolhido no emprego anterior, ressalvado o direito à oposição do desconto previsto no parágrafo primeiro.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AVISOS E COMUNICADOS DO SINDICATO

O CRN-8 colocará à disposição do Sindicato, meios de comunicação através de e-mail ou WhatsApp, para que seja encaminhado os comunicados oficiais de interesse da categoria, devendo ser previamente encaminhados ao setor competente do Conselho, para os devidos fins, incumbindo-se este da sua divulgação entre os empregados, dentro das vinte e quatro horas posteriores ao recebimento. Não serão permitidas matérias políticas ou ofensivas a quem quer que seja.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - MEIOS ALTERNATIVOS DAS SOLUÇÕES DE CONFLITO

Tendo em vista que o SINDIFISC-PR não instituiu Comissão de Conciliação Prévia, não poderão os funcionários e o CRN-8 buscarem as soluções dos conflitos individuais decorrentes da relação de trabalho perante as Comissões de Conciliações Prévias estranhas a categoria abrangida pelo SINDIFISC-PR.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PENALIDADE

Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas constantes do presente instrumento, fica estabelecida uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo, em favor da parte prejudicada, por empregado.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS DO ACT

Não havendo assinatura do novo acordo coletivo de trabalho (ACT) para a próxima data base em 1º de abril de 2027, continuarão em vigor as cláusulas do presente ACT, até que novo instrumento seja firmado, exceto as cláusulas econômicas de reajuste, ficando já garantido a data base da categoria para o mês de abril de 2027.

}

**ANTONIO MARSENCO
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL
DO ESTADO DO PARANA**

**DEISE REGINA BAPTISTA
PRESIDENTE**

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAO DA OITAVA REGIAO

ANEXOS ANEXO I - ATA APROVAÇÃO ACT 2025 2027

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



